

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

12 a 16 de agosto de 2024

## Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

## Atividades da Assespro Nacional

A Federação Assespro participou de **reunião das entidades nacionais do setor de TI** para debater estratégias conjuntas de atuação sobre os projetos de lei que tratam sobre a regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil neste segundo semestre.

Ainda, promoveu agenda conjunta com a ABES para apresentação de **sugestões de emendas ao [PLP 68/2024](#)** (regulamentação da Reforma Tributária) à assessoria do senador Izalci (PL-DF), coordenador do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal sobre a matéria. O gabinete avalia o melhor momento para formalização das emendas, que tratam de temas como: crédito na aquisição de bens para uso pessoal; responsabilidade tributária de desenvolvedores ou fornecedores de programas ou aplicativos utilizados para registro de operações com bens ou com serviços; apuração de crédito independente da comprovação de recolhimento nas operações antecedentes; e redução dos prazos para ressarcimento dos créditos tributários.

## Proteção de Dados

- **CLP aprova realização de Audiência para debater uso de dados pessoas em sistemas de IA.** A Comissão de Legislação Participativa (CLP) aprovou a realização de uma Audiência Pública, conforme o [requerimento 123/2024](#) de autoria do deputado **João Daniel** (PT/ES), com o objetivo de discutir o uso de dados pessoais no treinamento e aprimoramento de sistemas de inteligência artificial (IA). A audiência também visa abordar as possíveis **mudanças necessárias** na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (**LGPD**) para adequar a legislação às demandas emergentes da tecnologia. Entre os convidados estão representantes de diversos órgãos governamentais, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), além de especialistas e comunicadores digitais com experiência na área.

## Internet

- **Uso da internet por crianças de 10 a 13 cai pela primeira vez, diz IBGE.** O uso da internet por crianças de 10 a 13 anos no Brasil apresentou uma **leve diminuição** pela primeira vez desde 2016, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgados pelo IBGE. O percentual de acesso a redes caiu de 84,9% em 2022 para 84,2% em 2023, indicando uma mudança na trajetória que, até então, mostrava um crescimento constante de **4 pontos percentuais ao ano**. Além disso, a pesquisa revela que, pela primeira vez, o número de crianças nessa faixa etária com celular pessoal se estabilizou em 54,8%. Com informações de: [O Globo](#)

## Segurança Cibernética

- **Primeiro tratado global de cibercrime deve ser ratificado pela ONU em setembro.** Após três anos de negociações, um comitê da Organização das Nações Unidas (ONU) finalizou um projeto de tratado internacional sobre cibercrime, que deve ser apresentado à Assembleia Geral em 10 de setembro. Este tratado se destaca como o primeiro instrumento global juridicamente vinculativo no combate à cibercriminalidade, sendo o primeiro da ONU nesta área em mais de duas décadas. Segundo **Ghada Waly**, Diretora Executiva do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a conclusão da convenção representa um marco histórico em um momento em que as ameaças no ciberespaço aumentam rapidamente. O tratado visa promover métodos eficazes para prevenir e enfrentar o cibercrime, bem como facilitar a cooperação entre nações e oferecer suporte técnico, especialmente a países em desenvolvimento. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **ANPD vai aos Estados Unidos trocar experiências sobre cibersegurança.** O Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves**, participou de um encontro da Digi Americas Alliance, realizado em Washington nos dias 8 e 9

de novembro. O evento reuniu representantes de várias autoridades de proteção de dados das Américas para discutir as melhores práticas em cibersegurança. Durante as sessões, que contaram com palestras e apresentações, foram abordados temas como capacitação de profissionais, técnicas de autenticação e compartilhamento de informações, todos essenciais para a proteção de dados em um mundo cada vez mais digitalizado. Ao lado de Eduardo Gomes Salgado, Coordenador-Geral de Relações Institucionais e Internacionais da ANPD, Gonçalves destacou a importância da colaboração internacional na melhoria das políticas de cibersegurança. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)

## Inteligência Artificial

- **Ministério do Trabalho e Emprego discute pesquisas sobre inteligência artificial e seus efeitos no mundo do trabalho.** O ministro do Trabalho e Emprego, **Luiz Marinho**, recebeu na última quinta-feira (15) **Rafael Grohmann**, diretor do Digilabour e representante do Observatório Internacional de Inteligência Artificial, em uma reunião que abordou os impactos da inteligência artificial (IA) no ambiente laboral. Grohmann apresentou aos integrantes do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial (GT-IA) do ministério os projetos de pesquisa que avaliam como a IA está afetando o mercado de trabalho em várias regiões, incluindo o Brasil. A proposta do MTE é reunir informações que contribuam para a agenda do GT-IA, criado em agosto com o intuito de desenvolver políticas públicas que assegurem que as inovações tecnológicas beneficiem os trabalhadores e minimizem a **exclusão no emprego**. Marinho enfatizou a importância de garantir que as mudanças não ampliem as desigualdades sociais, já que, conforme ele, inovações costumam ser monopolizadas por um grupo seleto. Grohmann, por sua vez, anunciou que os resultados das pesquisas sobre regulação, inovação e governança da IA no contexto laboral serão divulgados até outubro deste ano, abrangendo seis regiões: Brasil, União Europeia, China, Índia, EUA e Canadá. Com informações de: [ASCOM MTE](#)
- **CNI: PL da IA deixa tecnologia cara demais para desenvolvimento no Brasil.** Empresas de tecnologia, tanto públicas quanto privadas, além de representantes da indústria, estão sinalizando a necessidade de revisão do [PL 2338/23](#), que visa regular a inteligência artificial no Brasil. Segundo especialistas, o texto atual apresenta riscos ao desenvolvimento tecnológico nacional e pode desestimular a participação de startups e instituições acadêmicas no setor. **Christina Corrêa Lima**, da Confederação Nacional da Indústria, argumenta que a proposta deve buscar um equilíbrio, permitindo que a fase de desenvolvimento científico e tecnológico seja exceção às rígidas normas de governança, que deveriam ser aplicadas apenas na implementação e comercialização das tecnologias. Segundo ela, a imposição de rigorosas regras na fase inicial pode encarecer o processo, excluindo do mercado muitos potenciais novos atores, especialmente pequenas e médias empresas e instituições acadêmicas, que frequentemente não possuem recursos para arcar com os custos associados a certificações e outras exigências. A especialista alerta que, se a legislação não for ajustada, o Brasil poderá comprometer sua capacidade de inovação desde o início do processo de desenvolvimento tecnológico. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Anatel inova com Inteligência Artificial no Sistema Eletrônico de Informações.** A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) anunciou o lançamento do SEI IA, um novo módulo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que integra recursos avançados de Inteligência Artificial, incluindo a IA Generativa, com o intuito de otimizar as atividades dos seus servidores. Este é o sétimo módulo desenvolvido pela agência e será disponibilizado para todos os órgãos públicos que utilizam o SEI, solidificando a posição da Anatel como uma pioneira na adoção de tecnologias de IA no setor público. A versão 1.0 do SEI IA traz inovações significativas, como um assistente de IA Generativa, que oferece recomendações de processos e documentos relacionados, além de classificar processos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Esse assistente visa transformar a Administração Pública, proporcionando soluções que facilitam a execução de tarefas cotidianas dos servidores, abrangendo desde análises, traduções e revisões de documentos até a criação de resumos e textos. Essa iniciativa destaca a crescente importância da tecnologia na melhoria da eficiência nos serviços públicos, prometendo não apenas acelerar o trabalho, mas também contribuir para uma gestão mais eficaz e transparente. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)
  
- **Conselho discute regulamentação de IA e redes sociais nas eleições.** Membros do Conselho de Comunicação Social (CCS) expressaram preocupação quanto ao uso de tecnologias digitais nas campanhas eleitorais para prefeito e vereador, durante audiência pública realizada no Senado nesta segunda-feira (5). Com a data de início da propaganda eleitoral marcada para **16 de agosto**, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os candidatos poderão utilizar a internet para suas campanhas, sem que haja, até o momento, legislações específicas aprovadas pelo Congresso Nacional que regulem o funcionamento das redes sociais e o uso da inteligência artificial (IA) nesse contexto. A doutora em Direito Administrativo, Marilda Silveira, destacou que as plataformas digitais oferecem acesso ao conhecimento, mas também têm o potencial de moldar percepções sobre a realidade. Nesse cenário, a advogada **Ângela Ginachi**, integrante do CCS, ressaltou que as eleições municipais são frequentemente consideradas um “laboratório” para futuras eleições gerais, que ocorrerão em dois anos. A falta de uma regulamentação clara sobre as práticas digitais levanta questões sobre a integridade do processo eleitoral e a manipulação de informações, evidenciando a necessidade urgente de debater e criar diretrizes para o uso responsável da tecnologia nas campanhas. Com informações de: [Agência Brasil](#)
  
- **IA puxa aportes em datacenters para R\$ 280 bilhões.** O mercado de infraestrutura física de datacenters está projetado para um crescimento robusto, com uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 13% entre 2023 e 2028, totalizando mais de US\$ 50 bilhões (cerca de R\$ 280 bilhões), conforme atualização do Dell'Oro Group. Esse aumento nas expectativas é impulsionado pela demanda crescente por computação acelerada, que exige investimentos significativos em diversos aspectos, como distribuição de energia de maior capacidade, sistemas de energia de reserva para lidar com a variabilidade das cargas e soluções avançadas de refrigeração líquida. Essas tecnologias são essenciais para atender às exigências específicas das cargas de trabalho relacionadas à inteligência artificial (IA). **Lucas Beran**, Diretor de Pesquisa do grupo, destaca que a inteligência artificial representa uma evolução dentro do setor, enfatizando que muitas das iniciativas recentes de computação

acelerada foram realizadas em instalações que não foram totalmente otimizadas para suportar essa nova realidade. Com informações de: [Abranet](#)

- **Consumo de energia dos criptoativos e da IA preocupa, diz FMI.** Um recente levantamento divulgado pelo Blog do Fundo Monetário Internacional (FMI) revela que tanto os criptoativos quanto a inteligência artificial são **grandes consumidores de energia**. A mineração de bitcoin, por exemplo, demanda uma quantidade de eletricidade equivalente ao que um cidadão médio de Gana ou Paquistão consome em três anos por cada transação. Além disso, as interações com o ChatGPT utilizam **dez vezes mais energia** em comparação a uma simples pesquisa no Google, devido à alta demanda dos data centers que suportam a IA. Em conjunto, a mineração de criptomoedas e as operações de data centers representaram **2% da demanda global** de eletricidade em 2022, um número que pode subir para 3,5% nos próximos três anos, conforme estimativas do FMI baseadas em dados da Agência Internacional de Energia (AIE)).

## Inclusão Digital

- **Ministro das Comunicações recebe representantes da GSMA para debater taxaço de big techs e inclusão digital.** O ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, se reuniu nesta quinta-feira (15) com John Giusti, diretor regulatório da GSMA, e **Lucas Gallitto**, diretor da entidade para a América Latina, para discutir a taxaço das grandes empresas de tecnologia e a promoção da inclusão digital no Brasil, posicionando o país como referência global nessas áreas. O ministério defende que os tributos provenientes da taxaço sejam destinados a financiar programas públicos que ampliem o acesso digital. A GSMA, que representa mais de **750 operadoras** móveis e cerca de **400 empresas do setor**, manifestou apoio à iniciativa, buscando garantir que a inclusão digital beneficie não apenas estudantes, mas toda a população que carece de habilidades digitais. Durante o encontro, Juscelino destacou iniciativas já em andamento, como o projeto **Escolas Conectadas**, que visa universalizar a conectividade em todas as escolas públicas do ensino básico no Brasil. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

## Transformação Digital

- **Manutenção do Programa Digitaliza Brasil é assegurada com verba remanescente do leilão do 4G.** O Conselho Diretor da Anatel aprovou, neste mês, um investimento adicional de até R\$ 45 milhões para garantir a continuidade do Programa Digitaliza Brasil até o final de 2026. Essa quantia provém do saldo do leilão da faixa de 700 MHz, realizado em 2014, que possibilitou a expansão da cobertura digital no país. O ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, enfatizou o compromisso do governo em assegurar a manutenção das estações já instaladas pelo programa, que visa facilitar a transição da televisão analógica para a digital por meio da implementação de antenas e equipamentos compartilháveis para emissoras e retransmissoras. Em maio, o secretário de Comunicação Social Eletrônica da Anatel, **Wilson Diniz Wellisch**, participou de uma reunião com o Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired) para discutir propostas relacionadas ao uso da verba, destacando a manutenção do programa como uma estratégia para promover economia e eficiência. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

## Educação

- **CE aprova campanha permanente de combate à cultura dos desafios online** . A Comissão de Educação (CE) aprovou o [PL 778/2024](#) (*Institui campanha permanente de combate à cultura dos desafios online*) nos termos do [substitutivo](#) da deputada **Franciane Bayer** (REP/RS). A matéria segue para apreciação pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) que deverá se ater quanto à análise da adequação financeira e orçamentária da proposição. Após a análise pela CFT, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, seguirá para deliberação pelo Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.

## Mídias Sociais

- **CCTI aprova remoção de conteúdo danoso à saúde de plataformas digitais**. A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou o [PL 1809/2023](#) (*remoção de conteúdo danoso à saúde de plataformas digitais*), nos termos do [novo parecer favorável](#), com substitutivo, do deputado **Eduardo Bismarck** (PDT/CE). O texto aprovado acolhe **parcialmente** a [emenda](#) designando competência a Órgão Federal de Saúde com vistas a consolidar e unificar os processos de análise da veracidade dos conteúdos verificados – *em um prazo máximo de até 10 horas* – para, quando necessário, prosseguir com a sua remoção, no prazo de até **48 horas**. A matéria vai à Comissão de Comunicação (**CCOM**), e ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Governo Digital

- **Comissão aprova projeto que amplia acesso de PCDs a serviços públicos por meio digital** . A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) aprovou o relatório, da deputada **Dayany Bittencourt** (UNIÃO/CE), pela aprovação [PL 702/2024](#), com [substitutivo](#), e pela rejeição da [Emenda 1/2024](#). A matéria vai às Comissões de Administração e Serviço Público (CASP) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, seguirá para deliberação pelo Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.

## PD&I

- **Aprovado projeto sobre financiamento da economia criativa pelos Fundos Constitucionais**. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o [PLC 134/2017](#) (*Financiamento da economia criativa pelos Fundos Constitucionais*), nos termos do [novo](#)

**parecer** da relatora, senadora **Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO/TO). A matéria segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Em seu novo parecer, a senadora se manifestou pela **rejeição** da **Emenda nº 1** do senador **Mecias de Jesus (REP/RR)**, **apresentada após a publicação do primeiro relatório**. De modo geral, a emenda acrescenta dispositivo para estabelecer que os **beneficiários deverão estar localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. De acordo com a relatora, embora a proposta seja meritória, entende ser desnecessário explicitar essa condição, uma vez que **Constituição Federal** já deixa claro que os fundos são destinados a essas regiões. Destaca-se que em seu parecer, a senadora ressalta que **não foi identificada a necessidade de alterações** de aspectos de **constitucionalidade e de mérito** do projeto. No entanto, em decorrência da publicação da **Lei nº 13.530/2017 (Reforma do FIES)**, apresentou emenda de redação para **renumerar os parágrafos que serão incluídos** no art. 4º da **Lei nº 7.827/1989** que regulamenta os Fundos Constitucionais. Após a análise pela CDR, se aprovado sem alterações de mérito, o projeto segue para sanção presidencial.

- **Publicado novo parecer de projeto sobre Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasi.** O deputado **Doutor Luizinho** (PP/RJ) apresentou **novo Parecer Preliminar de Plenário** pela aprovação do **PL 1725/2024 (Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasil)** e do **substitutivo** da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS). A matéria está **pronta para inclusão na pauta deliberativa do Plenário**. Cabe salientar ainda que o deputado **Jorge Goetten** (REP/SC) também apresentou **requerimento de apensação do PL 1725/2024 ao PL 4857/2023 (Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Micro e Pequenas Empresas – Desenrola MPEs) – ainda não apreciado** –, por entender se tratar de **matéria correlata**. O novo substitutivo apresentado pelo relator, além de promover **alterações redacionais** com a finalidade de adequar o texto à boa técnica legislativa, **inova** nos seguintes aspectos:
- » **umenta, de 18 para 24 meses, o prazo máximo de carência e, de 72 meses para 84 meses, o prazo total** da operação no âmbito do **Peac-FGI**, destinado a MEIs, microempresas, empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, que tenham sede ou estabelecimento no País e que tenham auferido no ano-calendário imediatamente anterior ao da contratação da operação receita bruta inferior ou igual a **R\$ 300 milhões**;
  - » **reformula a cobrança da comissão pecuniária das garantias** concedidas no âmbito do Peac-FGI, para que seja realizada de forma **progressiva e limitada**;
  - » no que tange à instituição de **linha de crédito especial** para **financiar aquisição de veículos** objetivando a **renovação da frota** utilizada na prestação de serviços de táxi;
  - » **acrescenta** a previsão de financiamento também de **veículos híbridos e elétricos**.
- **Estados do Sudeste e Sul lideram índice nacional de inovação.** O Ibiip (Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento), lançado pelo INPI em 5 de agosto, revela que **São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul se destacam como os Estados mais inovadores do Brasil**. O índice, que varia de 0 a 1, analisa a inovação através de 74 indicadores organizados em sete pilares: instituições, capital humano, infraestrutura, economia, negócios, conhecimento e tecnologia e economia criativa. Esses pilares se desdobram em 21 dimensões, abrangendo fatores como crédito, investimentos, educação, ambiente regulatório e criação de conhecimento. São Paulo lidera com um IBID de 0,891, seguido por Santa Catarina (0,415), Paraná (0,406), Rio de Janeiro (0,402) e Rio Grande do Sul (0,401). A média

nacional é de apenas 0,291, evidenciando a disparidade de inovação entre os estados. Com informações de: [Poder 360](#)

- **Comissão aprova PL que dispõe sobre aquisição de produto por meio de fomento à inovação tecnológica.** A Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) aprovou nesta terça (13) o [PL 3946/2012](#) (*aquisição de produto por meio de fomento à inovação tecnológica*), nos termos do [parecer favorável](#) ao projeto, com **substitutivo**, e pela **rejeição** do [PL 8252/2014](#) (*procedimentos de contratação para aquisição de produtos de P&D*), apensado, apresentado pela deputada **Alice Portugal** (PCdoB/BA). A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (**CCTI**). Após análise da CCTI, a matéria ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (**CFT**); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado, o projeto segue para o Senado Federal – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Economia & Tributário

- **Câmara aprova urgência para segundo projeto de regulamentação da reforma tributária.** A Câmara dos Deputados, em um passo significativo para a regulamentação da reforma tributária, aprovou o regime de urgência para o [Projeto de Lei Complementar \(PLP\) 108/24](#). Esse projeto, que complementa a estrutura do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), inclui disposições sobre sua gestão e partição de receitas, além de trazer diretrizes para o comitê gestor do imposto e a tributação de doações e heranças, bem como a contribuição para a iluminação pública. A sessão de discussão do PLP 108/24 está agendada para a terça-feira (13). Esse projeto vem na sequência da aprovação do PLP 68/24, que já regulamentou o IBS e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e aguarda análise no Senado. O IBS foi criado para substituir os atuais ICMS, que é um imposto estadual, e o ISS, de competência municipal, e sua gestão ficará a cargo do **Comitê Gestor do IBS (CG-IBS)**. Este comitê será composto por representantes de diversos entes federativos, com a responsabilidade de coordenar aspectos como arrecadação, fiscalização, cobrança e distribuição do imposto, além de desenvolver a metodologia e o cálculo da alíquota correspondente. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Tributária: Haddad diz que vai entregar estudo de impacto de mudanças na Câmara na próxima semana.** O ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, anunciou que enviará um estudo detalhando os impactos das alterações realizadas pela Câmara dos Deputados na reforma tributária ao provável relator no Senado, **Eduardo Braga** (MDB-AM), até a próxima semana. Durante uma reunião realizada na quarta-feira, 14, Haddad e Braga discutiram a tramitação do projeto no Senado. Braga, em entrevista ao Estadão/Broadcast, mencionou que ainda não havia recebido o estudo e que pretendia cobrar informações do ministro. Haddad destacou a importância de que Braga formalize a solicitação da análise de impacto, ressaltando que a Fazenda se compromete a divulgar todos os efeitos relacionados a cada decisão, de modo que os senadores compreendam plenamente as implicações das votações. Ele também comentou sobre a mudança nas alíquotas, explicando que ao introduzir exceções, é necessário redistribuir o custo para a alíquota padrão. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

- **Após impasse com STF, Câmara adia votação de texto da tributária.** A votação dos destaques do 2º Projeto de Lei Complementar (PLP) para regulamentação da reforma tributária foi adiada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira, 14 de agosto de 2024, em um cenário de instabilidade política, conforme apurado pelo Poder360. Os líderes partidários afirmaram que não há “clima” favorável para a deliberação em plenário. O adiamento ocorre após o ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, decidir suspender as emendas impositivas do Congresso, que obrigam o governo a executar repasses aos parlamentares. Diante dessa situação, o presidente da Câmara, **Arthur Lira**, convocou uma reunião emergencial com os líderes partidários, que se estendeu por mais de duas horas. Antes do encontro, o ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, se reuniu com Lira para discutir questões relacionadas à reforma tributária. Durante a conversa, Haddad expressou agradecimentos ao presidente da Câmara pelos esforços em acelerar a regulamentação, mas indicou que o Senado preferia retirar a urgência do primeiro PLP, buscando mais tempo para analisar a proposta. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Reforma tributária: projeto no Senado recebe mais de 400 emendas, e relator cobra mais tempo.** O projeto de regulamentação da reforma tributária, conhecido como [PLP 68/2024](#), começou a ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na última quarta-feira (7) e, desde então, recebeu um expressivo total de 431 emendas, principalmente apresentadas na quarta-feira (14). Dentre os senadores, **Mecias de Jesus** (Republicanos-RR) se destacou ao protocolar 64 emendas, seguido de Luiz **Carlos Heinze** (PP-RS) com 60. Outras sugestões significativas vieram de **Dr. Hiran** (PP-RR), **Jorge Seif** (PL-SC) e **Eduardo Gomes** (PL-TO), todos com 30 emendas cada um. O relator da proposta, **Eduardo Braga** (MDB-AM), manifestou sua intenção de revisar as emendas de maneira cuidadosa e destacou a importância de um debate transparente sobre o tema. O prazo para apresentação de emendas se encerrará na quinta-feira (15), o que intensifica a expectativa em torno da regulamentação que poderá impactar a estrutura tributária do Brasil, refletindo na forma como empresas e consumidores lidam com os tributos, incluindo implicações para o avanço tecnológico e a digitalização de processos fiscais no país. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)
- **Iniciada as discussões Reoneração da folha e adiada votação:** Tendo em vista a falta de acordo entre os senadores quanto ao **PL 1847/2024** (*reoneração da folha*), materializada no grande número de emendas apresentadas ao parecer do relator (e ainda não divulgadas no site do Senado), o Presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), construiu acordo para **deliberação do projeto na próxima terça (20)**, em sessão semipresencial, deixando a sessão de hoje (encerrada há pouco) apenas para leitura do parecer do senador **Jaques Wagner** (PT/BA) e discussões iniciais. O relator se comprometeu a **publicar um novo substitutivo até a próxima segunda (19)**, de modo que possa contemplar, no que for possível, as demandas apresentadas. Destaca-se que o Supremo Tribunal Federal (SFT) **prorrogou até 11 de setembro a suspensão** do processo que trata da **desoneração**, devendo o Congresso Nacional **concluir a análise do PL 1847/2024 até a data.** O senador optou por sugerir a tramitação autônoma do PL 4719/2020, apensado que trata sobre a isenção de tributos federais em doações de medicamentos aos entes federados, às Santas Casas, à Cruz Vermelha e às entidades beneficentes. Com relação ao mérito do PL 1847/2024, destacam-se as seguintes mudanças:
- » Obrigação de **manutenção de número de funcionários** para que a empresa se mantenha na desoneração da folha;

- » Elevação sobre a alíquota do IRRF incidente sobre **Juros sobre Capital Próprio de 15% para 20%**;
  - » Estabelece o programa de **cadastro dos benefícios fiscais** da Receita Federal.
  - » Previsão de que as pessoas físicas e jurídicas poderão **atualizar a preço de mercado o valor dos seus bens imóveis**, mediante o pagamento de imposto sobre a diferença com relação ao custo de aquisição (4% pessoas físicas e 10% pessoas jurídicas) incluindo regras específicas em caso de alienação ou baixa de bens imóveis sujeitos antes de decorridos 15 anos após a atualização;
  - » Pessoas físicas e jurídicas poderão fazer a repatriação de recursos mantidos no exterior com incidência de 15% Imposto de Renda (Regime Especial de Regularização Geral de Bens Cambial e Tributária – RERCT-Geral);
  - » Refinanciamento das dívidas das empresas com agências reguladoras;
  - » Mudanças nas regras de **depósitos judiciais**, possibilitando a transferência de valores para a Conta Única do Tesouro Nacional;
  - » **Revisão dos benefícios previdenciários**, no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no seguro-defeso, pago a pescadores artesanais; e
  - » Transfere para as prefeituras de cada município a decisão final em questões relacionadas ao **Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**.
- **Lula autoriza Jaques Wagner a retirar aumento da alíquota de CSLL do projeto da desoneração da folha.** O governo federal, por meio do líder do Senado, **Jaques Wagner** (PT-BA), decidiu retirar a proposta de aumento da alíquota da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) do projeto de lei que visa compensar a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores com alta demanda por mão de obra e de municípios com até 156 mil habitantes. A confirmação da retirada ocorreu em uma reunião no Palácio do Planalto, que contou com a presença do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** e de ministros do governo, incluindo **Fernando Haddad** e **Alexandre Padilha**. Jaques Wagner declarou que “o martelo foi batido” em consenso, sinalizando um movimento estratégico para evitar conflitos com o Legislativo. Inicialmente, o aumento da CSLL havia sido sugerido pelo Ministério da Fazenda como uma forma de compensação pela perda de arrecadação decorrente da desoneração, uma medida considerada insuficiente pelos parlamentares. Apesar da retirada imediata, a possibilidade de reavivamento da proposta não está descartada, caso as soluções apresentadas pelo Congresso não sejam consideradas adequadas. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Padilha volta a defender aumento da CSLL para ajudar na compensação da desoneração da folha.** O ministro das Relações Institucionais, **Alexandre Padilha**, defendeu o aumento de até 1 ponto percentual na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com o intuito de compensar a desoneração da folha de pagamentos dos municípios e de 17 setores da economia que dependem intensivamente de mão de obra. A proposta, liderada pelo Ministério da Fazenda, visa criar uma alternativa de arrecadação caso as medidas sugeridas pelo Senado não consigam gerar os R\$ 18 bilhões necessários para cobrir o impacto da desoneração neste ano. Padilha enfatizou que o governo está aberto a ouvir as recomendações dos senadores e que o ajuste na CSLL só será acionado se as propostas não gerarem o montante esperado. “Estamos incorporando todas as sugestões dos senadores. Caso não atinja o necessário, a Fazenda quer colocar aquele gatilho do aumento do CSLL”, afirmou Padilha após uma reunião de coordenação no Palácio do Planalto. A proposta, no entanto, encontra resistência entre deputados e senadores, que expressam preocupações sobre a elevação da carga tributária. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Governo amplia Nova Indústria Brasil para R\$ 342,7 bi e define cadeias prioritárias e metas em saúde.** O governo federal anunciou, na quarta-feira (14), a ampliação da política industrial Nova Indústria Brasil (NIB) em R\$ 42,7 bilhões, elevando o total de recursos disponíveis para R\$ 342,7 bilhões. Esta expansão ocorre após uma série de críticas, inclusive do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, que solicitou a definição de metas mais claras para o programa no início deste ano. A nova quantia será alocada por meio de instituições financeiras, como o Banco do Nordeste, que destinará R\$ 16,7 bilhões, o Banco da Amazônia, com R\$ 14,4 bilhões, e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que contribuirá com R\$ 11,6 bilhões. Até então, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia não faziam parte do projeto, que já contava com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Além da ampliação dos recursos, o governo também delineou as cadeias produtivas prioritárias e as metas relacionadas ao setor de saúde dentro da NIB, sinalizando um foco maior em inovação e desenvolvimento tecnológico na indústria nacional. Com informações de: [Valor Econômico](#)

## Ambiental

- **Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos vai ao Senado.** A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou a redação final do [PL 2238/2021](#) (*Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos*). A matéria será remetida ao Senado Federal, onde receberá um novo despacho.
- **MDIC institui o Comitê Gestor e Consultivo do Programa Selo Verde Brasil.** O governo federal, por meio das [Portarias MDIC Nº 264](#) e [nº 266](#) publicadas nesta semana, institui um **comitê gestor** e **comitê consultivo** para **Programa Selo Verde Brasil** que visa estabelecer uma estratégia nacional de certificação de produtos e serviços com menor impacto socioambiental no Brasil. O objetivo principal é fortalecer a economia verde e facilitar o acesso do país a mercados internacionais. O primeiro comitê será formado por **22 representantes** de diversos órgãos governamentais e entidades e terá a responsabilidade de definir o planejamento estratégico e as normas de funcionamento do programa, além de determinar quais produtos e serviços devem receber um selo de certificação prioritário. O segundo comitê, que contará com **20 representantes** de diferentes órgãos governamentais e instituições, terá a responsabilidade de fornecer subsídios ao Comitê Gestor na formulação de um planejamento estratégico e nas diretrizes do Programa, priorizando produtos e serviços em consonância com a estratégia do governo e a política industrial nacional

## Trabalhista

- **Relator apresenta relatório pela aprovação de PL que revoga dispositivos da CLT.** O deputado Ossesio Silva (Republic/PE) apresentou [parecer](#) pela aprovação do [PL 1663/2023](#) (*revogação de regras sindicais*) no âmbito da Comissão de Trabalho (CTRAB), com [substitutivo](#). O projeto está pronto para ser incluído na pauta deliberativa da Comissão. Após

deliberação na CTAB, o projeto passará pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) de forma conclusiva. Concluída a análise das comissões, o projeto segue para apreciação no Senado Federal - salvo recurso interposto para apreciação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

## Administração Pública

- **MEMP substitui Coordenador Público do Comitê Temático da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.** A [Portaria MEMP nº 161/2024](#), publicada nesta segunda-feira (12), traz alterações significativas à estrutura do **Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, ao designar o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como novo **Coordenador Público do Comitê Temático da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas**. Essa mudança **substitui** a anterior coordenação exercida pela Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual.
- **Deputada apresenta relatório contra PL de aplicação integrada de sistemas de informação em casos de desastres.** A deputada **Célia Xakriabá** (PSOL-MG) apresentou um [parecer](#) contrário ao [PL 791/2023](#) (*aplicação integrada de sistemas de informação em casos de desastres*) no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados. Em seu voto, a relatora argumenta que a [Lei nº 12.608/2012](#), *já estabelece como os entes federativos - União, Estados e Municípios - devem colaborar em situações de desastres.* Assim, a colaboração proposta no PL 791/2023 já está contemplada pela legislação atual. Após a apreciação da CMADS, o projeto será encaminhado para análise das Comissões de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (**CINDRA**) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Após a deliberação pelas Comissões, o projeto deverá ser enviado ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação prévia pelo Plenário da Câmara dos Deputados.*

## Consultas & Compras Públicas

- **FNDE faz audiência pública sobre aquisição de computadores para escolas.** O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promoveu, nesta segunda-feira, 12, a Audiência Pública nº 04/2024, com o intuito de assegurar que alunos da educação básica da rede pública em todo o Brasil tenham acesso à tecnologia educacional. O foco do evento foi *discutir a aquisição de equipamentos como desktops e notebooks, vistos como essenciais para o aprendizado.* Em sua abertura, a presidente do FNDE, **Fernanda Pacobahyba**, ressaltou a expectativa em torno da contratação desses dispositivos, destacando a *falta de licitações bem-sucedidas para tecnologia educacional nos últimos anos.* Pacobahyba expressou otimismo quanto ao processo, desejando que a seleção ocorra com total transparência, permitindo que as melhores propostas sejam escolhidas e que os equipamentos sejam distribuídos de forma eficaz pelo país. A audiência foi realizada em formato híbrido, possibilitando que participantes se conectassem tanto presencialmente quanto online, com a transmissão sendo feita ao vivo

pelo YouTube. O evento também contou com a participação de autoridades do FNDE, como a diretora de Administração, Leilane Barradas, e o diretor de Tecnologia e Inovação, Delson Pereira da Silva, que conduziram a sessão. Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **Aprovado parecer do projeto que prevê ampliação da prorrogação da validade da ata de registro de preços.** A CFT aprovou o [PL 2225/2023](#) (*ampliação da prorrogação da validade da ata de registro de preços*), seguindo o [parecer favorável](#) da deputada **Laura Carneiro** (PSD/RJ). A matéria segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovada na CCJC, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **CFT aprova incluir no PNCP a origem dos recursos utilizados nas contratações.** A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou o [PL 2408/2023](#) (*incluir no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) informações que permitam a identificação da origem dos recursos*), nos termos do [parecer favorável](#) do deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP). A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Nomeações

- **Secretária-executiva do CNDI é exonerada.** A [Portaria PR nº 885/2024](#), publicada na segunda-feira (12), exonerou **Verena Hitner Barros** do cargo de secretária-executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).
- **MCom designa representantes de Conselho do FUST.** A [Portaria MCOM nº 238/2024](#), publicada pelo MCom nesta semana, estabeleceu a nomeação de representantes para integrar o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CGFUST). Todos os nomes podem ser visualizados na íntegra da medida.
- **Casa Civil exonera diretora de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.** Publicada nesta terça-feira (13) pela Casa Civil, a [Portaria nº 887/2024](#) exonerou a diretora **Camilla de Oliveira Cavalcanti** do cargo de diretora de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, no âmbito do Ministério da Fazenda (MF).
  - **MCTI designa membros de Comitê Consultivo de Nanotecnologia.** O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) divulgou a [Portaria nº 8.418/2024](#), que designa os **membros titulares** e seus **suplentes** do Comitê Consultivo de Nanotecnologia e Materiais Avançados (CCNANOMAT).
- **Presidência da República nomeia Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI.** Esta semana, foi [nomeado](#) **Daniel Gomes de Almeida Filho** para exercer

o cargo secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no âmbito da Presidência da República (PR). CCE 1.17, exonerando Guilherme Coutinho Calheiros do cargo supracitado.

- **Presidência dispensa coordenador-geral de Tecnologia da Informação da Imprensa Nacional.** Foi dispensado **João Carlos Laboissiere Ambrosio** da função de coordenador-geral de Tecnologia da Informação da Imprensa Nacional, da Casa Civil
- **Ministério da Gestão designa Coordenadora Geral de Interoperabilidade.** No MGI esta semana, foi designada **Márcia Mendonça Cardador** para a função de Coordenador-Geral de Interoperabilidade, da Diretoria de Infraestrutura de Dados da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).